

AQUACULTURA EM PORTUGAL: POTENCIAL AINDA POR EXPLORAR

Aquacultura representa metade do consumo humano de pescado no Mundo...e continua a crescer

Nos últimos dez anos a aquacultura registou a nível mundial uma rápida expansão, constituindo hoje o sector com o crescimento mais acentuado no segmento da produção alimentar de origem animal. Actualmente cerca de metade do pescado para consumo humano provém da aquacultura.

Expectavelmente este número irá crescer devido às limitações da captura de espécies selvagens, ao aumento da população e a uma maior confiança do consumidor, pois cada vez mais a aquacultura é praticada de uma forma responsável e sustentável, tendo em conta a conservação do ambiente e dos recursos naturais e garantindo elevados padrões de segurança alimentar.

Dados da FAO demonstram que o volume de capturas permaneceu estável nas 2 últimas décadas tendo o consumo de pescado *per capita* aumentado 70% nos últimos 40 anos. Este crescimento da procura foi compensado pela produção em aquacultura, sem aumento das capturas. De acordo com últimas estimativas da FAO, até 2020 irá ser necessário um acréscimo de aproximadamente 25 Milhões de toneladas na oferta mundial de pescado que terá de ser obtido através da aquacultura.

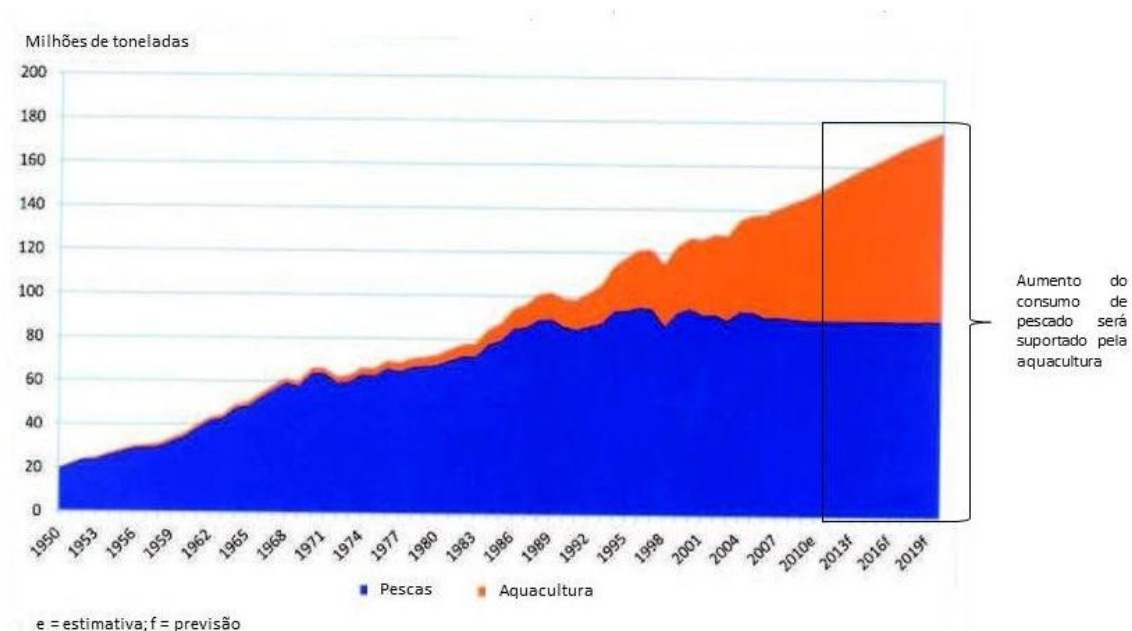


Figura 1: Produção Mundial de Pescado (Fonte: FAO).

Todos os dados apontam para que, muito em breve, a aquacultura deixe de ser vista como uma actividade complementar à pesca, uma vez que os seus níveis de produção serão superiores aos daquele sector.



APA

Associação Portuguesa de Aquacultores

Aquacultura em Portugal – evolução até aos dias de hoje

Em Portugal a aquacultura é uma actividade primária relativamente recente podendo afirmar-se que “ainda muito está por fazer neste sector”, quando comparado com outros países. O peso da aquacultura nacional no fornecimento de pescado ao mercado português é ainda muito baixo, num contexto Europeu onde vários países litorais apostaram na produção aquícola, tendo hoje um maior peso nas decisões Comunitárias. Essa diferença poderá ser comprovada pela comparação do volume de negócios do sector em Portugal com o de outros países Europeus.

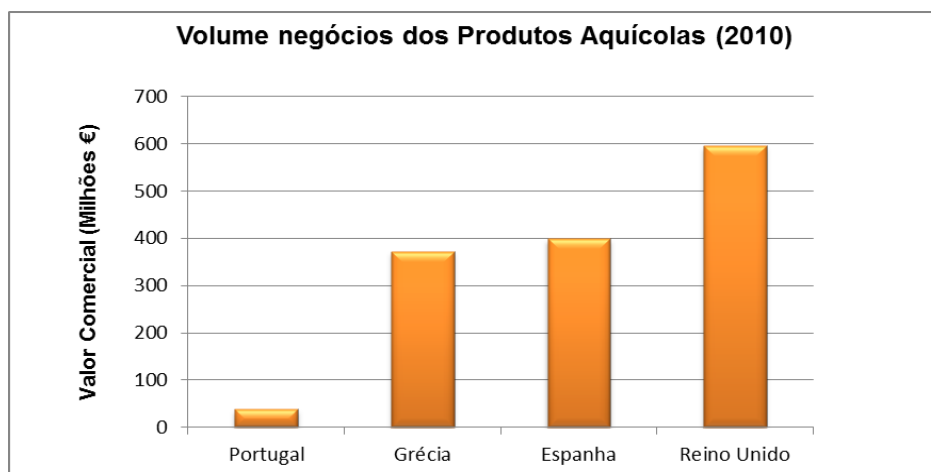


Figura 2: Volume de negócios dos produtos aquícolas de alguns países da UE (Fonte: FAO)

O sector conheceu um rápido crescimento nos anos 80 mas no início da década de 90 sofreu uma redução de produção, fundamentalmente devido a falhas estruturais dos métodos de produção e falta de critérios na aplicação dos Fundos Comunitários, culminando na inviabilidade económica de muitas das novas unidades. Em 2011, segundo estimativas da **APA – Associação Portuguesa de Aquacultores**, a produção situou-se nas 9.000 toneladas, correspondendo a pouco mais de 1,5% do consumo nacional de pescado.

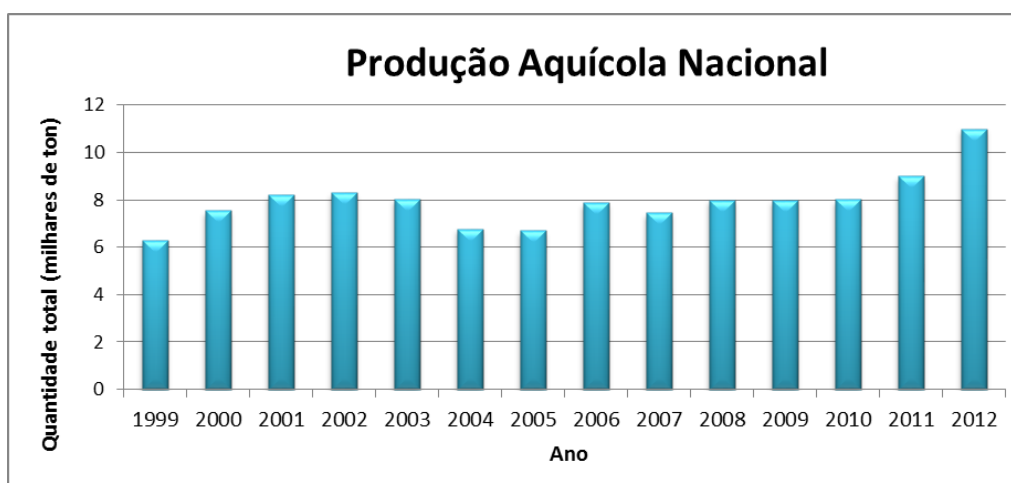


Figura 3: Evolução da Produção Aquícola Nacional 2004-2010 (Fonte: INE). Dados de 2011 e 2012 são estimativas da APA.

Localização dos estabelecimentos

Em Portugal a maioria dos estabelecimentos aquícolas encontra-se localizada na faixa litoral, pois são as espécies marinhas que mais contribuem para a produção nacional (cerca de 85%). Em relação às pisciculturas de água doce localizam-se nos rios da região Centro/Norte e Norte do País.

Espécies Produzidas

O gráfico em baixo mostra as espécies mais produzidas em Portugal, durante 2010, segundo os dados oficiais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

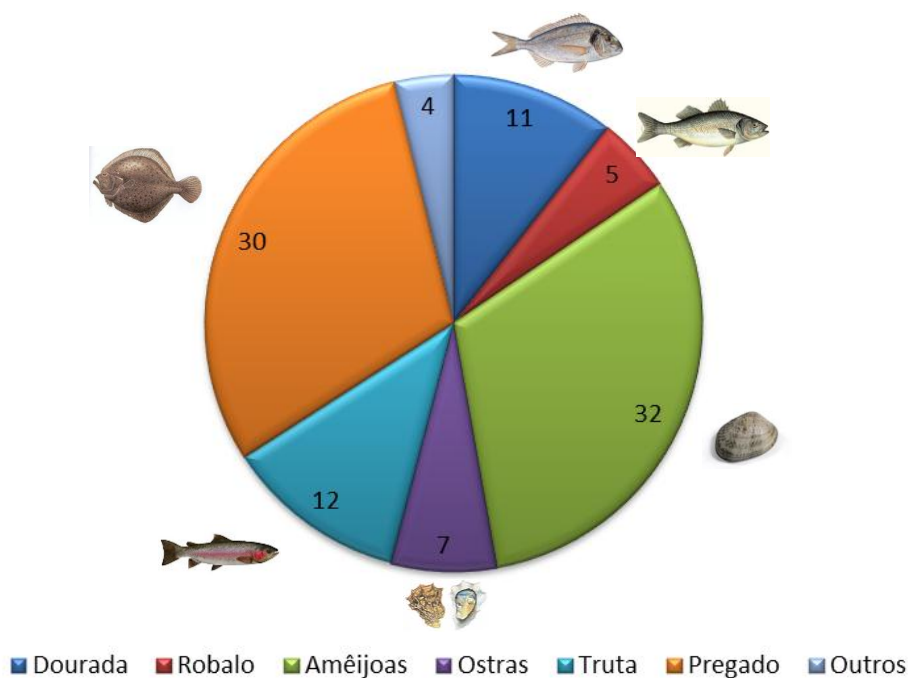


Figura 4: Produção Aquícola Nacional por espécie (dados em % - Fonte: INE).

O linguado (*Solea sp.*), a corvina (*Argyrosomus regius*) e a camarinha (*Palaemonetes varians*) são também outras espécies produzidas mas em menores quantidades.



Figura 5: Produção de camarinha no Estuário do Tejo

Desenvolvimento dos processos de produção aquícola contraria mitos ambientais

São conhecidos vários trabalhos e teses sobre os potenciais impactos que a actividade aquícola poderá exercer sobre os ecossistemas onde se encontra integrada. No entanto esses impactos, mais ou menos positivos, variam sempre de local para local, dos sistemas de cultivo utilizados, da legislação existente e das boas práticas aquícolas.

É um facto que a aquacultura actualmente ainda é dependente, em maior ou menor grau, da utilização de recursos pesqueiros por via do consumo da farinha de peixe no fabrico de rações. Contudo, de acordo com os números relativos à evolução da utilização da farinha de peixe, a aquacultura tem vindo a diminuir gradualmente e substancialmente a sua dependência desta matéria-prima. Em termos globais a aquacultura é responsável pela utilização de pouco mais de metade da produção mundial deste recurso. Conforme se pode comprovar no quadro seguinte, praticamente metade da farinha de peixe produzida a nível mundial, destina-se à alimentação de suínos, aves, ruminantes e outras espécies animais.

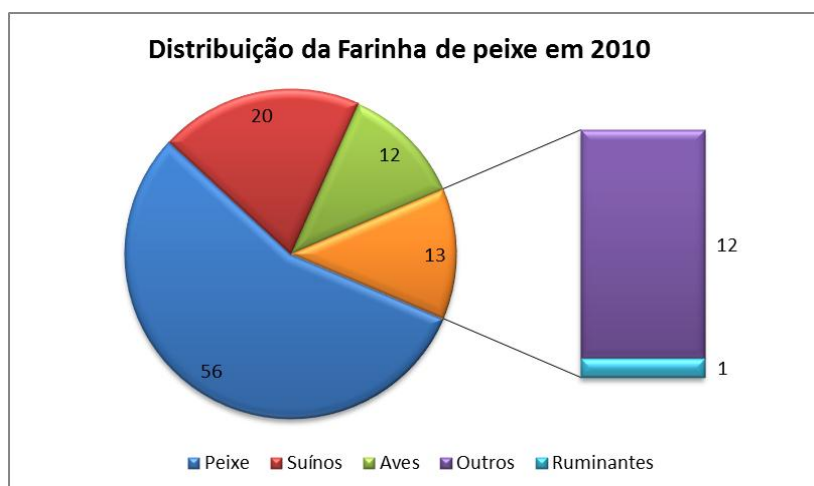


Figura 6: Distribuição do uso da farinha de peixe em 2010 (Fonte: Fishmeal Information Network)

A este respeito algumas considerações deverão ser feitas. Efectivamente, de todas as fontes de proteína animal produzida para consumo humano, a que se encontra num nível trófico mais baixo são os bivalves, filtradores por natureza que se alimentam de microalgas (a produção primária dos Oceanos). Todos os outros grupos de animais (aves, suínos, bovinos e peixes) encontram-se a um nível mais elevado da cadeia alimentar. A utilização de recursos por parte dos herbívoros traduz-se no consumo de água e solo. Em relação aos omnívoros, todos utilizam como fonte de alimentação matérias primas produzidas pelo homem (cereais, farinha de peixe, etc.) e com os quais acabam por competir em termos de fonte principal de alimentação. Daí que, o que realmente é importante é a forma sustentada e eficaz com que se utilizam estas fontes de proteína, seja a farinha de soja, seja a farinha de peixe, seja outra qualquer.

De facto a aquacultura é já capaz de substituir a utilização da farinha de peixe por farinhas de origem vegetal. Sucede que ao fazê-lo haverá um aumento da pressão sobre a produção de cereais implicando uma maior disponibilidade de solos e água doce. Descem os preços da farinha de peixe que passará a ser utilizada noutras actividades. O que conta portanto é a eficácia e sustentabilidade com que se utilizam as matérias-primas e outros recursos disponíveis.



Figura 7: Produção de Dourada no Estuário do Sado.

Um outro dado pouco conhecido resulta de estudos recentes que demonstram que uma importante, e talvez a mais clara, perspectiva sobre o impacto dos alimentos de origem animal, enquanto recrutamento de recursos do planeta, pode ser obtida através das taxas de conversão alimentar de cada espécie. Partindo desta perspectiva, o pescado destaca-se por ser a espécie com a maior taxa de conversão dos alimentos que consome em massa corporal, quando comparada com outras espécies animais. Os dados revelados demonstram que o pescado converte em proteína cerca de 30% dos alimentos que consome, enquanto outros grupos de animais terrestres convertem apenas metade desse valor.

Um factor que contribui em grande medida para esta diferença de valores é o facto de os peixes serem animais poiquilotérmicos (de sangue-frio), o que significa que não há gastos de energia para manutenção de uma temperatura corporal constante, uma das actividades fisiológicas mais consumidora de energia nos animais terrestres. Além disso, porque os animais aquáticos (especialmente os peixes) são fisicamente suportados pelo próprio meio (aquático), acabam por consumir poucos recursos na construção de estruturas ósseas demasiado complexas. O resultado disso é que as porções edíveis do pescado são mais altas quando comparadas com as dos animais terrestres, podendo-se inferir deste facto que as exigências ambientais da sua produção são inferiores.

A análise destes dados permite concluir que, numa óptica de sustentabilidade ecológica, o consumo de pescado é o mais vantajoso, dado as exigências ambientais da produção deste alimento serem menores, conforme comprova a tabela em baixo.

	Carpa	Ovos	Frango	Porco	Vaca
Índice de Conversão (kg alimento/kg peso vivo)	1.5	3.8	2.3	5.9	12.5
Conteúdo proteico (peso edível)	18	13	20	14	15
Eficiência da conversão proteica (%)	30	30	25	13	5

Tabela 1: Conteúdos proteicos e Índices de conversão de alguns animais (Fonte: Blue Frontiers - Managing the environmental costs of aquaculture, Stephen *et al*, 2009)

Em termos de emissões e impactos directos dos efluentes nas linhas de água, ao contrário do que se pensa, a aquacultura mais uma vez é uma das produções de proteína animal que menos impacto tem no meio ambiente, tendo para isso um forte contributo o facto de uma parte significativa do azoto e fósforo produzido serem assimilados pelo fitoplâncton existente nos sistemas de produção.

Produção	Emissões de Azoto (kg/tonelada de proteína produzida)	Emissões de Fósforo (kg/tonelada de proteína produzida)
Vaca	1200	180
Porco	800	120
Frango	300	40
Peixe	360	102

Tabela 2: Impacto das emissões aquícolas de Azoto (N) e Fósforo (P) no ambiente (Fonte: Blue Frontiers - Managing the environmental costs of aquaculture, Stephen *et al*, 2009)



Figura 8: Produção de bivalves na Ria de Alvor

O que fazer para aproveitar todo o potencial do sector aquícola em Portugal

No entender da **APA – Associação Portuguesa de Aquacultores**, e de acordo com as orientações que têm sido emitidas pela União Europeia, Portugal deve continuar a apoiar as empresas aquícolas que contribuem para o incremento da produção nacional. O consumo de pescado de aquacultura tem vindo a aumentar, destacando-se a procura crescente de moluscos bivalves, dourada, robalo, truta, linguado, pregado e, mais recentemente, da corvina. Pelo facto destas espécies serem, em aquacultura, capturadas em função da procura, chegam ao consumidor com elevado grau de frescura. Por outro lado, se a produção for de proximidade, isto é, feita em Portugal, a pegada ecológica relativa à emissão de CO₂ é muito baixa, contrariamente ao que acontece ao pescado proveniente de aquaculturas de outros países.

Cumulativamente, os investimentos no incremento da produção nacional de Aquicultura, contribuem para reduzir o défice da balança comercial (superior a 650 milhões de euros no ano de 2010), criar postos de trabalho em zonas desfavorecidas e, por último, obter um produto de elevada qualidade e frescura quando comparado com outros vindos de países estrangeiros. Acresce que para muitas espécies o nosso método de produção, em muitos casos, continua a ser tradicional e extensivo.



Figura 9: Produção de Ostras em Offshore na zona de Sagres.

Medidas propostas pela APA para o reforço do sector aquícola

Numa perspectiva de consolidação do sector, a **APA – Associação Portuguesa de Aquacultores** considera que deverá ser implementado a breve prazo o seguinte pacote de medidas de apoio ao sector:

- a) Publicação da Portaria regulamentar do seguro Aquícola bonificado;

- b)** Redução da carga fiscal sobre os combustíveis usados nos equipamentos, veículos e embarcações das empresas, tal como existe para as pescas;
- c)** Manutenção do apoio à electricidade verde;
- d)** Isenção do pagamento do Imposto de Valor Acrescentado (IVA) na compra de material para uso nas empresas.

Este pacote de medidas básicas irá diminuir consideravelmente os custos de produção das empresas já existentes e das novas que venham a ser constituídas. Desta forma estimula-se a situação económica das empresas aquícolas tornando-as competitivas face à concorrência estrangeira, com quem competem nos mercados internacionais, e que já contam em muitos países com estes apoios.



Figura 10: Produção de Trutas na zona Norte do país.

Outras medidas urgem ser implementadas de modo a que o sector se torne mais atractivo e seguro para os investidores. Entre essas medidas, consideradas de importância fundamental para o futuro da actividade, enumeramos as que consideramos mais significativas:

- a)** Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – fim da precariedade e aumento dos prazos das mesmas para 75 anos e por períodos mínimos de 10 anos, renovados automaticamente
- b)** Implementação de maternidades ou pequenos criadouros para bivalves;
- c)** Obrigatoriedade de que os produtos aquícolas (bem como todos os alimentares) sejam pagos pelos compradores num prazo máximo de 30 dias da data de entrega do produto;
- d)** Execução de um Plano Sectorial onde as actuais áreas em que as aquaculturas estão localizadas sejam salvaguardadas, assim como as suas áreas de expansão e sejam previstas futuras áreas de ocupação para as novas unidades. Este Plano deverá estruturar toda a informação contida nos vários Planos de Ordenamento em vigor;

- e) Alargamento das ajudas a fundo perdido no PROMAR e futuros programas de Fundos Europeus para as Grandes empresas e manutenção das actuais para as Pequenas e Médias empresas;
- f) Identificação das espécies com maior potencial de produção no país;

Estas são as medidas de apoio ao sector aquícola que consideramos mais urgentes e que deverão ser alvo de uma atenção especial garantindo a sua implementação o mais brevemente possível. Este pacote de medidas apresentado terá um impacto global no Orçamento de Estado inferior a 1 Milhão de €, mas em contrapartida trará muitos benefícios e crescimento de receita para o Estado através de:

- ✓ Criação de postos de trabalho;
- ✓ Aumento da competitividade das empresas face aos concorrentes Europeus;
- ✓ Aumento da produção nacional e do volume de negócios da actividade aquícola;
- ✓ Equilíbrio da balança comercial dos produtos da pesca;
- ✓ Potenciação dos espaços disponíveis para a produção em aquacultura

O Futuro do sector

No entender da **APA – Associação Portuguesa de Aquacultores**, a aquacultura nacional é uma actividade com um futuro promissor e com potencialidades inegáveis. Pensamos que a estratégia a desenvolver nesse sentido deverá assentar na capacidade produtiva instalada nas unidades actualmente em actividade, assegurando o seu enquadramento nos vários planos de ordenamento e desenvolvimento territorial e prevendo áreas para a sua expansão. A valorização de todo o potencial produtivo existente nas zonas de salgado (produção extensiva e semi-intensiva) e a identificação de locais ao longo da costa, que permitam investir nas espécies que actualmente se mostram mais adaptadas às características climáticas de Portugal, são outra vertente fundamental.

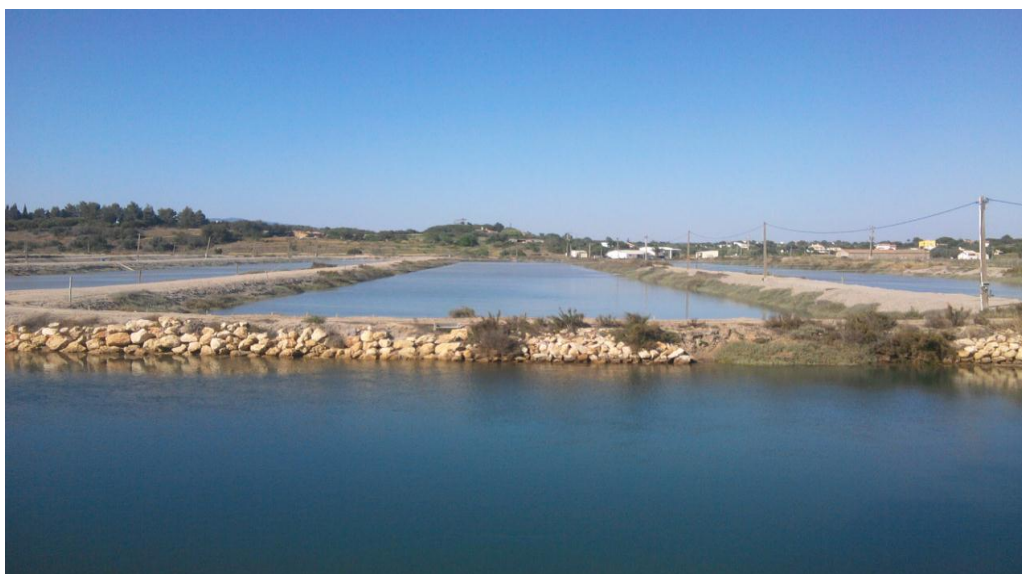


Figura 11: Produção de Dourada e Robalo na Ria de Alvor

A aposta no Offshore, quer para a produção de bivalves quer de peixes, representa um horizonte de crescimento significativo mas que, do nosso ponto de vista, atendendo às tecnologias existentes e custos de investimento, deverá ser objecto de uma abordagem ponderada. Alguns estudos deveriam ainda ser levados a cabo de modo a garantir o sucesso dos investimentos a ser feitos nesta área.

Portugal tem, em nosso entender, um potencial de produção em aquacultura a rondar as 145.000 toneladas, divididas da seguinte forma:

- ✓ Bivalves (Ostra, Ameijoia e Mexilhão) = 80.000 toneladas
- ✓ Peixes Planos (Linguado e Pregado) = 30.000 toneladas
- ✓ Pescado de Esteiro (Dourada, Corvina e Robalo) = 9.000 toneladas
- ✓ Pescado de Águas Interiores (Truta e outras espécies) = 5.000 toneladas
- ✓ Outras produções em estruturas flutuantes = 20.000 toneladas

Existe mercado onde colocar toda esta produção (quer a nível nacional quer numa perspectiva de exportações). Temos empresários disponíveis para investir e com capacidade empreendedora. Dispomos de mão-de-obra qualificada e com capacidade para potenciar este aumento de produção. As nossas águas apresentam temperaturas e qualidade com as características adequadas às espécies acima indicadas. Existem competências e, sobretudo, uma cultura tradicional no consumo de pescado. Com a implementação das reformas previstas por este Governo, que em parte acima resumimos, o aumento da produção aquícola será, a curto prazo, uma realidade que contribuirá para a criação de riqueza e emprego no nosso País.

Caso prevaleça a inacção e a não implementação das medidas apresentadas, iremos continuar a ser um micro produtor em aquacultura na cauda da Europa, atrás de países como a Republica Checa, Hungria (ambos sem mar), Holanda, Malta, Dinamarca (países com ZEE substancialmente inferiores a Portugal), entre muitos outros, altamente deficitário em pescado. Por outro lado continuaremos a perder competitividade, apesar de todas as potencialidades que o sector aquícola nacional dispõe e que poderão contribuir para o seu desenvolvimento.